

CAPÍTULO X

POLÍTICA DE INCLUSÃO DOS ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: sob a perspectiva dos professores*

Marcia Dias Lima
Marisa Dias Lima

Introdução

A educação inclusiva tem como princípios o atendimento à diversidade, à universalização da educação e à garantia de direitos e oportunidades iguais a todos, sem distinção. Neste contexto, a inclusão encontra-se cada vez como desafio constante no âmbito escolar e gera uma inquietação nos professores e demais pessoas envolvidas, que por vários motivos não se sentem capacitados e muito menos preparados para trabalhar com essa nova realidade.

Com o fortalecimento das políticas públicas que garantem o acesso das pessoas com deficiência nos mais diversos níveis de ensino, há um crescente número de alunos com deficiência nas instituições do ensino superior, acabou por gerar algumas mudanças de visão que as instituições e as pessoas envolvidas têm acerca da inclusão e a forma de lidar, principalmente em relação aos sujeitos surdos que requerem um atendimento específico pois, devido a sua particularidade linguística, exige o uso da Libras (Língua Brasileira de Sinais). A sua ausência limita as condições de acesso de alunos surdos, nos espaços acadêmicos do ensino superior.

E, nesse contexto, reconhece-se a necessidade de inserir um profissional Tradutor/Intérprete de Libras para intermediar a comunicação entre ouvintes e surdos nos diversos espaços da instituição do ensino superior como dispõe o Decreto nº 5.626/2005, preocupa-nos ainda de perto o papel por ser muito recente no contexto do ensino superior o intérprete/tradutor de libras vem atuando mediante a sua experiência no ensino regular, nível de educação básica, sem alguma correlação com a formação adequada para atuar em nível superior, desta forma acaba por discernindo problemas aos alunos surdos e interpretes de Libras tanto no

*DOI – 10.29388/978-65-81417-43-7-0-f.189-202

estabelecimento da relação quando da atuação a fim de promover um bom acompanhamento e aprendizado dos alunos surdos que se deve pela falta ou pelo pouco conhecimento necessita se desta maneira uma formação adequada aos tradutores/interpretes de Libras que não pode ser negligenciadas pela instituição e a as pessoas envolvidas.

Apoiados em Skliar (1997, p.149), ressaltamos que o “[...] completo acesso à informação curricular e cultural.”, no caso dos surdos, só se realiza se garantirmos que os intérpretes possuam condições conceituais para realizar a atividade de tradução e interpretação dos conhecimentos veiculados no ensino superior.

Sendo assim, fica claro que os obstáculos que alguns estudantes surdos vêm enfrentando no ensino superior, não dizem respeito unicamente às diferenças e às necessidades deles próprios, mas, às condições estruturais oferecidas aos surdos para garantir a acessibilidade. E, neste contexto, destacamos também a importância da formação continuada dos professores para adquirir acesso aos conhecimentos em relação da educação de surdos para que ocorrem as ações efetivas garantindo assim a qualidade e acessibilidade.

Diante disto, nossa pesquisa objetiva analisar a percepção dos professores a acerca da inclusão no ensino superior para os estudantes surdos do curso de graduação e da pós-graduação, em uma instituição de ensino superior, UFU – Universidade Federal de Uberlândia, a partir das práticas inclusivas vivenciadas, focalizando e avaliando aspectos dessa experiência. Para tanto, realizou se uma entrevista com os professores que tem em sua disciplina estudantes surdos com presença de intérprete de Libras a fim de conhecer melhor os caminhos.

Para que isso ocorra a pesquisa constituiu-se numa abordagem qualitativa com a aplicação de questionários aos professores que atuam com os estudantes alunos surdos de graduação e pós-graduação em sua disciplina /sala de aula na UFU – Universidade Federal de Uberlândia.

Fundamentação Teórica

O momento político, histórico e social aponta para a inclusão como uma realidade legal, vivenciada e debatida em todos os níveis e modalidades da educação escolar. Diante desse panorama do sistema educacional brasileiro, este projeto toma como o objeto de estudo a ser

desenvolvido nos pressupostos teóricos do Processo de política adotados na educação inclusiva em universidades para o desenvolvimento das discussões a respeito do ingresso, permanência e cultura universitária dos estudantes surdos.

A política e o processo da educação inclusiva

A sociedade inclusiva está fundamentada no reconhecimento e na valorização da diferença como característica inerente a qualquer sociedade. Assim a inclusão é entendida pelas políticas públicas, como a garantia, a todos, com o acesso contínuo do espaço comum da vida em sociedade, sendo que o meio social deve estar orientado para o acolhimento à diversidade humana, a aceitação das relações individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (BRASIL, 2005).

Em outras palavras, a inclusão, envolvem todas as classes sociais, níveis de educação, deficiências, minorias raciais, enfim, a todos que não têm acesso a várias oportunidades, buscando assim, equiparar essas oportunidades dando condições a todos de participação social. Um dos principais espaços de convivência das pessoas é a escola. É nela que são construídos a consciência de cidadania e direitos.

Carvalho (2004, p. 77) ressalta que a escola inclusiva é aquela que “[...] tem como princípio fundamental que todas as crianças devam aprender juntas, sempre que possível, independentemente de ter quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter.”.

Portanto, incluir um aluno na rede de ensino, não consiste apenas em sua permanência física junto aos demais educandos, mas na implementação do projeto político pedagógico satisfatório que possa propiciar uma educação de qualidade para todos, favorecendo a sua acessibilidade, a flexibilização e adaptação curricular e práticas inclusivas de buscar desenvolvimento de potencial máximo do aluno, respeitando as diferenças e os limites de cada um, favorecendo as interações entre os alunos, flexibilizando o currículo de forma que seja previsto práticas heterogêneas e inclusivas (CARDOSO, 2003).

Tendo em vista que a educação é um direito de todos que inclui os estudantes surdos, contudo, a escola dita “comum” deve transformar-se em uma escola inclusiva sendo visto como um processo árduo e

grande desafio a todos, pois além de transformar suas práticas educativas, vencendo os desafios devem considerar as particularidades dos sujeitos surdos. Conforme diz Quadros ao afirmar que a inclusão dos surdos em contexto escolar deve ser considerada em tais questões:

“Inclusão” não no sentido de colocar o surdo entre os ouvintes, mas no sentido de garantir o exercício da cidadania do surdo enquanto brasileiro. Esta inclusão tem sido traduzida de diferentes formas, mas, para os surdos, acontece de forma a garantir que os mesmos venham a adquirir a língua de sinais, tenham pares surdos, acesso à educação na sua língua, isto é, a língua de sinais brasileira, acesso ao ensino de português, como segunda língua, e acesso aos conhecimentos curriculares (QUADROS, 2005, p. 57).

Ademais, ao se referir a inclusão dos estudantes surdo no ensino regular, a prática de ensino e o processo deve atentar em garantir igualdades de direitos, “oportunidade de realizar com maior autonomia seus projetos, afirmando sua identidade cultural e promovendo o desenvolvimento social” (GUARINELLO *et al.* 2006, p. 38). A mesma pesquisadora constata que:

A inclusão do aluno surdo no ensino regular, [...] evidencia que as principais dificuldades citadas ora relacionam-se aos próprios professores - à falta de conhecimento acerca da surdez, à dificuldade de interação com o surdo, ao desconhecimento de LIBRAS -, ora aos sujeitos surdos - a própria surdez e a dificuldade de compreensão que tais sujeitos apresentam na ótica dos professores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/1996) estabelece que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar com os alunos surdos em sala de aula na qual o mesmo deve encontrar um ambiente favorável ao desenvolvimento da sua identidade como ser capaz e, para tanto, é preciso que a escola reconheça e valorize a sua cultura, ou seja, que vá além dos pressupostos da escola inclusiva e se reorganize na direção de uma escola bilíngue e bicultural.

Nesse sentido, é preciso, além de garantir a totalidade da formação de professores, reestruturar o sistema de ensino para a inclusão do estudante surdo que promova a reforma do currículo visando o ensino como um instrumento político e democrático, portanto igualitário, ou

seja, com potencial para promover a igualdade de oportunidades. Deveria, também, reconhecer as diferenças sociais e culturais e não privilegiar e marginalizar alunos de forma evidente (APLLE, 2002).

Os aspectos da inclusão nos demonstram que a sua efetivação não depende apenas dos diagnósticos ou categorias de deficiências baseadas em níveis de habilidades/capacidades do aluno ou não segregar e / ou discriminar os alunos com base nas suas características individuais pela instituição, tendo em vista de que a inclusão se referir ao processo educacional que criam oportunidades contínuas para todos os alunos aprenderem por meio do uso de estratégias diversificadas de ensino ao mesmo tempo em que cria bases firmes visando ao máximo a capacidade dos seus alunos fornecendo dessa forma um suporte de melhoria a escola e capacitação contínua dos professores a serem complementados pelo fato da inclusão ser um processo constante que precisa ser continuamente revisto.

Por fim, ressalta se que educação inclusiva consiste em um sistema de ensino de qualidade que atenda a todos, exigindo um novo posicionamento das escolas quanto à reestruturação, o aperfeiçoamento dos professores, de suas práticas pedagógicas, da reformulação das políticas educacionais e implementação de recursos e projetos educacionais inclusivos.

Estudantes surdos na universidade

A inclusão na Educação do curso superior é uma das possibilidades que se abrem para o aperfeiçoamento da educação escolar que trazem ganhos sociais para toda a comunidade acadêmica. Entretanto, é preciso que a instituição esteja realmente aberta para enfrentar as inovações, os desafios, as possibilidades e as especificidades.

De acordo com Thoma (2006), a inclusão das universidades para os estudantes surdos é um processo ainda difícil, pois os surdos são inseridos numa sala com grande maioria de alunos ouvintes tentando aprender e acompanhar as aulas em língua portuguesa, tendo em visto que é a sua segunda língua, previsivelmente geram muitas dificuldades e barreiras aos surdos durante todo o seu percurso acadêmico.

Os dados comprovados pelo censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(MEC/Inep/2006) informam que houve evolução significativa do acesso de pessoas surdas nas instituições públicas de ensino nesse ano, em relação aos dados de 2005, mas, lamentavelmente, ainda é pequeno o índice de surdos que concluem cursos do ensino superior nas universidades brasileiras, sobretudo públicas.

A democratização da educação dos surdos no ensino superior apresenta dois grandes desafios: o primeiro, a garantia do acesso; o segundo, a promoção da aprendizagem para a sua permanência, como afirma o autor Goffredo (2004), ao enfatizar que para atender às necessidades dos estudantes surdos, o primeiro passo é assegurar seu ingresso na universidade por meio do vestibular, como se sabe que isso não garante que a sua inclusão se concretize, pois ao vencer a barreira do ingresso, o próximo desafio é a permanência no curso, que depende muito da mediação do intérprete, o método de ensino adotado pelo professor principalmente de uma cultura universitária que corresponde com a necessidade dos estudantes surdos.

Como assinala Martins (2005), o intérprete da Língua de Sinais, deve ser capaz de perceber as dificuldades do aluno surdo e de descobrir caminhos e métodos para atenuá-las. Deve ser uma ponte entre o aluno, o professor e conhecimento que ajude a superar a diferença linguística na interação comunicativa. Por isso, acrescenta a autora, a atuação do intérprete requer aprofundamento teórico nas diferentes áreas de estudo, familiaridade com a linguagem utilizada em cada situação e experiência educacional.

Outro desafio das universidades é a formação dos professores de ensino superior, sendo ela uns dos fatores essenciais para a inclusão efetiva dos surdos. Para Marschark et al. (2005) a inclusão dos surdos tem como pressuposto de que a estrutura discursiva e a informação transmitida por um professor ouvinte para alunos ouvintes sejam apropriadas para o conhecimento e aprendizado dos estudantes surdos que formam um grupo mais heterogêneo que o dos ouvintes. A maioria cresceu em ambientes limitados linguisticamente; não tendo as competências linguísticas necessárias para fazer uso efetivo da interpretação e possivelmente muitos ingressaram no ensino superior menos preparado que seus colegas ouvintes.

Desse modo, de acordo com as Diretrizes e Bases da Educação (2001), os professores devem: "[...] perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos; flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de

conhecimento; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo; atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial."

No que diz respeito da cultura universitária, os discursos da inclusão de alunos surdos, na maioria das vezes, ilusoriamente aparentam como um discurso de políticas voltadas para a afirmação das suas diferenças.

Neste sentido, cabe as instituições e professores preparar-se para receber esta clientela de maneira que possam dar um atendimento especializado de qualidade, atendendo as especificidades, pois, sabe-se que é preciso respeitar a diversidade e compreender melhor a heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas, as diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar em todos os níveis e modalidades, em todas as graduações e pós-graduações, sobretudo nos cursos de formação de educadores e educadoras.

Torna-se importante pontuar que as universidades brasileiras devem assegurar aos acadêmicos com deficiência o atendimento educacional especializado nesse nível de ensino superior.

Percurso metodológico

Foi adotada nesta pesquisa a abordagem qualitativa tendo em vista de ser o mais adequado para esta pesquisa pela capacidade desta abordagem de subjetivar os dados e a flexibilidade na sequência das etapas da pesquisa (TRIVIÑOS, 2006). Essa abordagem vem ao encontro com a possibilidade de ampliação das discussões sobre os problemas educacionais dos surdos.

Decidiu-se, também, pelo estudo de caso com a aplicação de um questionário aos professores, uma vez que o foco era o trabalho dos professores sobre a educação dos surdos tanto na escolha e elaboração de conteúdos quando as adaptações realizadas para trabalhar com os estudantes surdos nas suas disciplinas em sala de aula. Tudo isso pretendíamos analisar a percepção dos professores sobre a inclusão desses estudantes surdos no ensino superior, a sua participação e a estrutura acadêmica para trabalhar com a inclusão. O estudo de caso é definido por Triviños (2006, p. 133) como “[...] uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente.”.

A pesquisa foi realizada na cidade de Uberlândia do Estado de Minas Gerais, em uma universidade pública federal -UFU onde foram obtidos os dados por meio dos questionários preenchidos pelos professores que atuam com o estudante surdo na sua disciplina com a presença do intérprete de Libras.

Os questionários envolveram as seguintes questões para a coleta de dados: a) o que se entende pela inclusão? Inclusão para estudantes surdos?; b) conteúdos desenvolvidos, estratégias de ensino e de avaliação empregados na sua disciplina; c) aspectos significativos relacionados à interação entre os professores, os estudantes ouvintes e surdo e d) Quais são as condições, os suportes e as estruturas oferecidas aos mesmos para trabalhar com os surdos; e) alguns outros pontos a discutir sobre a inclusão.

Análise e discussão

Nesta seção, as informações foram coletadas por meio de 08(oito) questionários aplicados e 05 (cinco) deles tiveram retornos, neste caso são os professores que atuam na instituição do ensino superior e que tem estudantes surdos matriculada na sua disciplina em sala de aula. Foram elaboradas as entrevistas com espaço para as suas observações acerca da inclusão dos estudantes surdos na qual procuramos analisar sob a percepção dos professores de como dar a organização da universidade e suas estruturas, formação de professor, recursos didáticos e outras questões envolvidas com a inclusão dos estudantes surdos no ensino superior com o enfoque na rede pública, especificamente na UFU – Universidade Federal de Uberlândia.

Antes aplicar os questionários foi elaborada uma pergunta individualmente aos professores sobre o que eles entendem pela inclusão a fim de verificar o seu entendimento e ponto de vista pois esta questão nos permite entender e analisar melhor as percepções/observações e argumentos dos professores no decorrer das questões q são partidos da sua percepção sobre a inclusão, nele foi encontrado diferentes pontos de vistas e entendimentos como se observa nos depoimentos abaixo:

Professor A - Uma tentativa de tornar a educação mais humana, acolhedora para qualquer estudante de suas diferenças.

Professor B - Conceder ao aluno com deficiência as mesmas oportunidades de aprendizagem que qualquer outro aluno tenha, bem como conceder ao aluno com as dificuldades na aprendizagem condições iguais de desenvolver as capacidades cognitivas para desempenhar seu papel de cidadão na sociedade.

Professor C - É todo um processo educativo voltado para incluir alunos com deficiência na escolarização regular e acadêmica.

Em relação da avaliação de estrutura e organização oferecida pela universidade, a maioria dos professores avalia como média a estrutura e organização oferecidas pela universidade argumentando que ainda falta material de orientações adequado para auxiliar o aprendizado dos estudantes surdos. E os outros professores considera a estrutura e organização como ruim pois percebe se que a inclusão do estudante surdo na universidade se limita muito ao intérprete de Libras, devido a sua disponibilidade e a necessidade de ter agendamento devido a demanda de muitos estudantes surdos para poucos profissionais disponibilizados.

A questão que aborda sobre conhecimento em Libras e a educação dos surdos, todo os professores afirma que o conhecimento em Libras e educação dos surdos é bastante fraca e muitos deles depende integralmente dos intérpretes de Libras para se comunicar com os alunos surdos e também recorre ao mesmo profissional acerca das especificidades que a educação dos surdos necessita para poder entender as dificuldades que os seus alunos surdos mostram durante as aulas.

Como é feito as adaptações os conteúdos e prática de ensino para ensinar aos estudantes surdos, dos professores diz que adaptam sempre os conteúdos com orientação do próprio estudante juntamente com intérprete de Libras, utilizando nas aulas com slides de Power point para visualização da escrita e imagem, também uso de vídeos com legendas. Mas há uns dos professores afirmam que nunca realizaram algum tipo de adaptação de conteúdos e práticas de ensino para trabalhar com os estudantes surdos durante as aulas argumentando que falta recursos e formação para realizar tais adaptações na qual conta somente com o intérprete de Libras para tais suportes que os surdos necessitam durante o estudo, apesar deles terem consciência de não serem a função deles para tais solicitações.

Com isso os professores avaliam a inclusão dos alunos surdos no espaço acadêmico, como média, com argumentação que não houve orientação de como receber esse estudante surdo em sua disciplina, falta de conhecimento da sua especificidade linguística, mesmo que a universidade tente, mas ainda não está apto para atender as reais necessidades do educando. Outra afirma que apesar de acreditar na inclusão é inegável a falta de estrutura, orientação da instituição bem como o despreparo dos professores para que ela realmente aconteça de forma efetiva, pois o convívio dos surdos com os professores e alunos também é afetado pela inexistência de comunicação, devido ao fato dos mesmos desconhecer a Libras.

Conclusão

Atualmente a inclusão educacional vem se construindo em meio às discussões e debates que ocorrem nos Sistemas Educacionais entre eles instituições do ensino superior. Porém, quando se depara com a inclusão dos estudantes surdos é preciso, primeiramente, entender que, a sua diferença linguística deve ser respeitada. Ao se referir a esta questão linguística, dentre outras, remete-se à obrigatoriedade da presença do Tradutor/Intérprete de Libras, em todos os espaços acadêmicos em que estiverem alunos surdos incluídos. Conforme foi citado, esta ação, isoladamente, não garantirá o sucesso do aluno surdo, que independentemente do nível de ensino, para que isso ocorra efetivamente é fundamental que a instituição reveja quais são as suas intenções ao oferecer os serviços de tradutor/interprete de Libras aos alunos surdos se os mesmos estão pautadas, apenas, no cumprimento da lei, ou se há uma real preocupação com a qualidade do serviço ofertado aos alunos surdos.

No entanto, partindo se desta perspectiva, esta pesquisa teve por conduta analisar o processo de inclusão que ocorre na UFU – Universidade Federal de Uberlândia através da percepção dos professores acerca da inclusão, no caso desta pesquisa o enfoque será a inclusão de estudantes surdos. Tem por intuito em verificar a real condição de trabalho de inclusão com os estudantes surdos na graduação e pós-graduação. Deste modo, um dos aspectos enfocados foi como a instituição promove o processo inclusivo dos estudantes surdos que fomente o preparo do professor para atuar neste processo, por considerar ser este um aspecto in-

dispensável para assegurar o aprendizado desses estudantes.

Ressalta se que os pontos apresentados a seguir trata-se de considerações, mas, não, de resultados finais.

Entretanto, foi verificado que os professores ainda se encontram em embate com a problemática inclusão dos estudantes surdos promovidos pelo sistema de ensino, neste aspecto dos professores é que muitos deles têm apresentado uma formação e conhecimento deficitária para atuar no processo inclusivo dos estudantes surdos sob a alegação de que não se sentem preparados para atender as demandas desses educandos. Os dados indicam que os professores desconhecem o processo de ensino aprendizagem do surdo e sobre suas implicações educacionais. Esse aspecto diz respeito à formação dos professores, considerado um dos maiores desafios impostos pela inclusão

No entanto, apenas descrever as dificuldades que o processo inclusivo tem apresentado pouco auxilia na execução do mesmo que desencadeia o conhecimento deficitária por parte dos professores. Dessa forma, é preciso desenvolver pesquisas que priorizem meios de auxiliar os profissionais do ensino superior que estão atuando com surdos, enfatizando a formação em serviço, abordando diferentes aspectos da prática pedagógica, tendo em vista contribuir para atenuar as lacunas que há em torno do tema da inclusão educacional.

Quando se refere as várias responsabilidades que cabem a este professor estão a de desenvolver habilidade, sensibilidade e competência técnica em interações diárias, bem como ter flexibilidade para fazer às adaptações frente às diferenças de cada indivíduo. Deste modo, a avaliação da aprendizagem dos alunos deve priorizar a aplicação dos conhecimentos, ou seja, o aspecto qualitativo ou quantitativo conforme estabelece a LDB, nº 9394/1996 que os sistemas de ensino deverão assegurar, principalmente, professores especializados ou devidamente capacitados que possam atuar com qualquer pessoa especial na sua disciplina em sala de aula.

Além de vislumbrar se nas necessidades dos estudantes surdos a instituição deve refletir sobre a necessidade da criação de uma política institucional que promova a formação e orientação o que exigirá conhecimento específico, a fim de que não se comprometa o desenvolvimento acadêmico dos estudantes surdos no ensino superior.

Concluem-se que a instituição o tem-se preocupado com o processo de inclusão dos estudantes surdos, mas esta proposta ainda encontra diversas lacunas e necessita reformas, pois a educação inclusiva consiste em um sistema de ensino de qualidade que atenda as especificidades dos surdos tanto no aspecto cultural quanto o da linguística, exigindo um novo posicionamento das universidades quanto à reestruturação, o aperfeiçoamento dos professores, de suas práticas pedagógicas, da reformulação das políticas educacionais e implementação de projetos educacionais inclusivos que complemente o processo de ensino dos estudantes surdos.

No fim acredita-se que foi possível, dentro dos limites de um trabalho de pesquisa, levantar elementos que merecem aprofundamento através de pesquisas mais abrangentes sobre a inclusão dos estudantes surdos no ensino superior a fim de promover o aprendizado desses estudantes. Portanto, entende-se que, além de levantar a percepção dos professores em relação a este processo; contribuir para a reflexão dos profissionais da educação sobre o processo de inclusão dos estudantes surdos no ensino superior.

Embora o percurso seja longo, é oportuno, nos dias atuais, fazer a inclusão de estudantes surdos ou com deficiência, no ensino superior, de maneira plena. É extenso o caminho, mas, os primeiros passos estão na direção certa, de forma a se romper com os velhos costumes.

As possibilidades dessa pesquisa não se encerram aqui. Ao contrário, a realização da mesma pode abrir possibilidades de novas investigações, de novas inquietações. Isso porque o tempo acadêmico me clama para que eu coloque aqui as últimas considerações.

Referências

APPLE, M. Repensando ideologia e currículo. *In*: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da. **Nuances**: estudos sobre Educação. São Paulo: Cortez, 2002. p. 134-154.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96)**. Brasília: Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva. **Garantindo o acesso e permanência de todos os**

alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações Curriculares de Grande Porte. Brasília: MEC/SEESP, 2005. v. 5.

BRASIL. **Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília. Diário Oficial. Disponível em: www.mec.gov.br/seesp/legislacao.shtm. Acesso em: 09 abr. 2016.

CARDOSO, C. S. Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada. **Educação**, n. 49, p. 137-144, 2003.

CARVALHO, R. É. **Educação Inclusiva:** Com os Pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GOFFREDO, V. L. F. S. A Inclusão da pessoa surda no ensino superior. **Fórum**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 16-22, 31 dez. 2004.

GUARINELLO, A. C. *et al.* A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Educação Especial**, dez.2006.v. 12. cap3

MARSCHARK, M.; KNOORS, H. Educating Deaf Children: Language, Cognition, and Learning. **Deafness and Education International**, v. 14, n. 3, p. 136- 160, sep. 2012. New York: Oxford University Press.

MARTINS, S. E. S. de O. **Formação de leitores surdos e a educação inclusiva.** 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

QUADROS, R. M. O “BI” em bilingüismo na educação surdos. *In:* FERNANDES, E. (org.). **Surdez e Bilingüismo.** Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 57

THOMA, A. da S. A inclusão no ensino superior: “Ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) Isso exige certamente uma política especial...”. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, n.15,2006. Trabalho apresentado no GT.

SKLIAR, C. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. 2. ed.
Porto Alegre: Mediação, 1997

TRIVIÑOS, N. S. A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A
pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.